

*Município de Mogadouro*

*Câmara Municipal*

# **Relatório de Gestão**

*do ano de 2011*

*APROVAÇÕES*

<i>Câmara Municipal</i> <i>Em ____ de _____ de 2012</i>	<i>Assembleia Municipal</i> <i>Em ____ de _____ de 2012</i>
--	--

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011**

De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece como competência da Câmara Municipal no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de Prestação de Contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo", tendo em vista o controlo político por parte da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53 da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central. Imposição também disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão. Estabelece também que o Relatório de Gestão deve contemplar a situação económica e financeira da autarquia local, a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo, proposta da aplicação dos resultados para além de outros factos relevantes ocorridos no exercício.

Este relatório faculta aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências para uma melhor compreensão e avaliação do seu conteúdo.

## **ANÁLISE PATRIMONIAL E ECONÓMICA**

Os dois documentos que se seguem, serão alvos de uma análise mais aprofundada e atenta mais adiante, quando estiverem a ser comentadas as "Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados".

**Balanço**

ATIVO	2010	2011	Fundos Próprios e Passivos	2010	2011
<b>Imobilizado</b>			<b>Fundos Próprios</b>		
Bens de domínio Público	46.903.549,14	46.959.676,49	Património	16.067.419,56	16.067.419,56
Imobilizações Incorpóreas	187.820,56	81.455,92	Subsídios	17.787.110,90	17.836.675,36
Imobilizações Corpóreas	45.934.175,90	47.439.220,93	Doações	300,00	300,00
Investimentos Financeiros	7.740,98	6.490,98	Resultados Transitados	35.239.796,88	32.680.019,07
	<b>93.033.286,58</b>	<b>94.486.844,32</b>	Resultado Líquido do Exercício	-2.317.926,05	-1.514.353,73
<b>Circulante</b>				<b>66.776.701,29</b>	<b>65.070.060,26</b>
Existências	157.661,78	193.868,45	<b>Passivo</b>		
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	7.119.164,48	6.663.620,24
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	102.631,44	98.268,78	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.019.094,02	1.032.678,23
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	Acréscimos de Custos	433.000,58	362.549,55
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	1.378.383,01	776.652,11	Proveitos Diferidos	19.324.002,44	22.468.264,85
Acréscimos e diferimentos	0,00	41.539,47		<b>27.895.261,52</b>	<b>30.527.112,87</b>
	<b>1.638.676,23</b>	<b>1.110.328,81</b>			
<b>Total do Ativo</b>	<b>94.671.962,81</b>	<b>95.597.173,13</b>	<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>94.671.962,81</b>	<b>95.597.173,13</b>

Em 31 de Dezembro de 2011 o ativo do Município de Mogadouro era de 95.597.173,13€, mais 925.210,32 € em relação ao ano de 2010, isto é, o ativo cresceu cerca de 1%.

O crescimento verificado no ativo deve-se essencialmente ao ativo fixo (imobilizado). Quanto ao ativo circulante verifica-se que ele também sofreu um aumento, ainda que de pequena dimensão (36.206,67 €).

Em termos de Fundos Próprios verificou-se um decréscimo relacionado com o fato dos Resultados Transitados do ano anterior serem negativos para além de terem sido corrigidas negativamente algumas situações relacionados com a inventariação de alguns bens em duplicado pela empresa Sinergimo.

## Demonstração de Resultados

Custos e Perdas	2010	2011	Proveitos e Ganhos	2010	2011
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	415.721,44	431.768,69	Prestações de Serviços	1.047.123,81	1.328.019,58
			Impostos e Taxas	647.266,95	551.527,53
Fornecimentos e Serviços Externos	3.724.346,95	3.474.758,86	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custos com Pessoal	3.307.778,61	2.991.474,86	Proveitos Suplementares	0,00	0,00
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e prestações sociais	476.989,23	398.404,04	Transferências e subsídios obtidos	9.890.216,77	9.736.808,74
Amortizações do exercício	6.432.858,50	6.145.304,18	Proveitos e Ganhos Financeiros	58.101,25	7.495,94
Provisões do exercício	0,00	18.915,76			
Outros custos operacionais	1.743,92	5.005,62			
Custos e Perdas Financeiras	102.139,67	111.435,66	Proveitos Extraordinários	1.072.395,26	1.113.010,36
Custos e Perdas Extraordinárias	571.451,77	674.148,21			
<b>Total</b>	<b>15.033.030,09</b>	<b>14.251.215,88</b>	<b>Total</b>	<b>12.715.104,04</b>	<b>12.736.862,15</b>

Verifica-se que na maioria das rubricas de Custos de maior valor, houve uma quebra considerável em relação ao ano anterior, com os Proveitos e Ganhos, a registarem valores superiores embora muito próximos dos de 2010.

## **ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTAL**

### **Análise da Receita**

Apesar de nos últimos anos se verificar uma grande quebra na economia nacional, fruto dos efeitos da crise à escala global, levando a que a recessão económica instalada tenha tido repercussões nas finanças locais e consequente na atividade autárquica na maioria dos municípios, caracterizado por sucessivos decréscimos da receita, o nosso Município com um total de 16.368.280,81€, regista o maior valor de receita cobrada de sempre, sendo necessário recuar ao ano de 2006 para registar embora menores, valores próximos dos agora verificados.

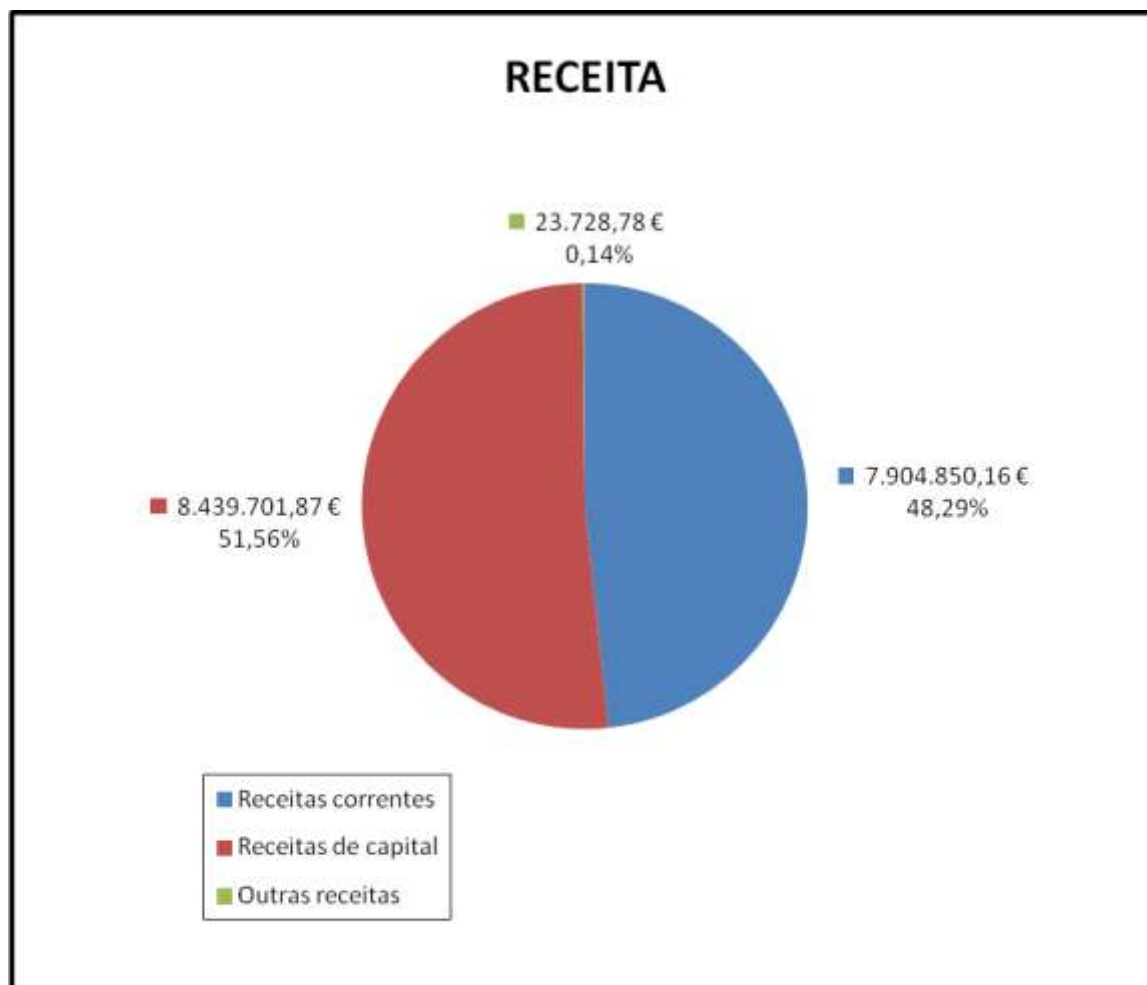
Comparativamente ao ano de 2010, verificou-se um aumento superior a 15% traduzido em mais de 2.000.000,00 €.

Importa referir que, no ano a que esta gerência se reporta, o aumento patente no volume global da receita efetiva municipal teve como suporte justificativo um grande aumento em uma das componentes da receita municipal, designadamente a componente de capital que registou um acréscimo de 2.349.718,90€ relativamente ao ano transato, sendo que a componente corrente registou uma quebra de 138.398,03€, resultante da diminuição dos Fundos de Equilíbrio Financeiro.

### **Receita Total**

Descrição	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	8.111.146,46	56,3	8.043.248,19	56,8	7.904.850,16	48,3
Receita Capital	6.300.702,87	43,7	6.122.243,46	43,2	8.463.430,65	51,7
Total de Receitas	14.411.849,33	100	14.165.491,65	100	16.368.280,81	100

Gráfico das Receitas: Total - 16.368.280,81 €



Como se pode verificar pela primeira vez o valor da receita de capital ultrapassou o valor da receita corrente

O orçamento municipal de 2011, cujo valor corrigido se fixou em 26.346.126,00 € reflete ao nível da sua execução, um valor percentual de 65,15%, valor muito acima do verificado no ano anterior que registava uma execução de 53,28%.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 62,7%, ascendendo ao montante de 16.352.802,59 € e a receita cobrada bruta foi executada em 62,13%, cifrando-se em 16.368.280,81€.

Sendo diversos os recursos financeiros que o Município tem ao seu dispor para a concretização de um conjunto de despesas, importa realçar alguns factos de maior relevância, no que concerne aos vários itens que constituem a receita municipal.

## Composição da Receita

Receitas Correntes					Receitas de Capital				
Descrição	2010		2011		Descrição	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%
Impostos Diretos	549.353,92	3,9	626.562,58	3,8	Venda de bens de Investimento	44.260,00	0,3	16.167,15	0,1
Impostos Indiretos	62.114,92	0,5	55.231,73	0,3	Transferências de Capital	5.821.241,80	41,1	8.104.751,02	49,6
Taxas, Multas e outras Penalidades	132.260,07	0,9	133.247,22	0,8	Ativos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0
Rendimentos de Propriedade	485.469,33	3,4	486.348,00	3,0	Passivos Financeiros	224.481,17	1,6	318.783,70	1,9
Transferências Correntes	6.239.835,61	44,1	5.920.645,20	36,2	Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	0,00	0,0
Venda de bens e Serviços Correntes	528.788,35	3,7	622.178,99	3,8	Outras Receitas	32.260,49	0,2	23.728,78	0,1
Outras Receitas Correntes	45.425,99	0,3	60.636,44	0,4	<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>6.122.243,46</b>	<b>43,2</b>	<b>8.463.430,65</b>	<b>51,7</b>
<b>Total de Receitas Correntes</b>	<b>8.043.248,19</b>	<b>56,8</b>	<b>7.904.850,16</b>	<b>48,3</b>					

Assim, tendo em consideração os dados constantes deste quadro, facilmente se depreende alguns aspetos mais consideráveis e de maior impacto quer ao nível da receita global, quer no que diz respeito à gestão financeira deste organismo:

Como atrás foi dito verificou-se uma redução de 1,72% (138.398,03€) no montante arrecadado de receitas de natureza corrente, comparativamente ao ano de 2010, representando agora 48,3% do total da receita contra os 58,6% anteriores. Em contrapartida registou-se um aumento acentuado na receita de capital de 38,24% (2.341.187,18€), representando este ano 51,6% do total contra os 43,2% do ano anterior. O maior aumento registou-se nas transferências de capital com um crescimento de 8,4%.

A receita proveniente dos Impostos Diretos ascendeu este ano a 626.562,58€, registando um aumento próximo dos 77.000,00€.

Neste capítulo destaca-se o contributo das receitas provenientes do "Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI", bem como o do "Imposto Municipal

sobre Transações de Imóveis - IMTI", que registaram aumentos em relação a 2010 e que não sendo ótimos, podem considerar-se bons. Acrescentando aqui o "Imposto Único de Circulação - IUC", também deste capítulo e igualmente com crescimento positivo, podemos constatar que para o computo geral da receita apenas contribui com 3,8% do valor total arrecadado.

Outro importante recurso financeiro ao dispor da Autarquia com uma apreciável expressão no total da receita (36,17%) diz respeito às Transferências Correntes que no ano a que esta Gerência se reporta somaram 5.920.645,20 € sendo, há semelhança de anos anteriores e no que às desta natureza diz respeito, a que tem maior impacto no conjunto. Também já é hábito que para este item, sejam os Fundos Municipais que mais contribuem. Há no entanto que referir o registo de uma quebra na ordem dos 300.000,00 € comparativamente a 2010, resultante do corte operado pelo Governo Central no cumprimento da Lei das Finanças Locais, fator determinante para a redução verificada no total das Receitas Correntes quando o ideal era registar um acentuado crescimento anual no valor global, na medida em que estas são o garante da execução orçamental, pois os Fundos Comunitários estão limitados no tempo e não podem ser utilizados para fins diferentes a que se destinam.

No que concerne à rubrica "Venda de Bens e Serviços Correntes", constata-se que esta cresceu cerca de 90.000,00€ em relação a 2010 consubstanciando-se, no ano em análise, em 622.178,99 euros. Esta ocorrência tem como principal responsável um ligeiro aumento na maioria das rúbricas que concorrem para este título, designadamente o produto das tarifas de água, de resíduos e pela utilização das infraestruturas ao serviço da população.

Nas rúbricas Impostos Indiretos, Taxas, multas e outras penalidades, e outras receitas, não se registaram alterações significativas que mereçam análise, pois no seu conjunto apenas representam 1,5% do total da Receita. Já a rúbrica Rendimentos de propriedade concorre com 3%, destacando-se aqui o valor de 478.852,24 euros provenientes das rendas de concessão pagas pela EDP.

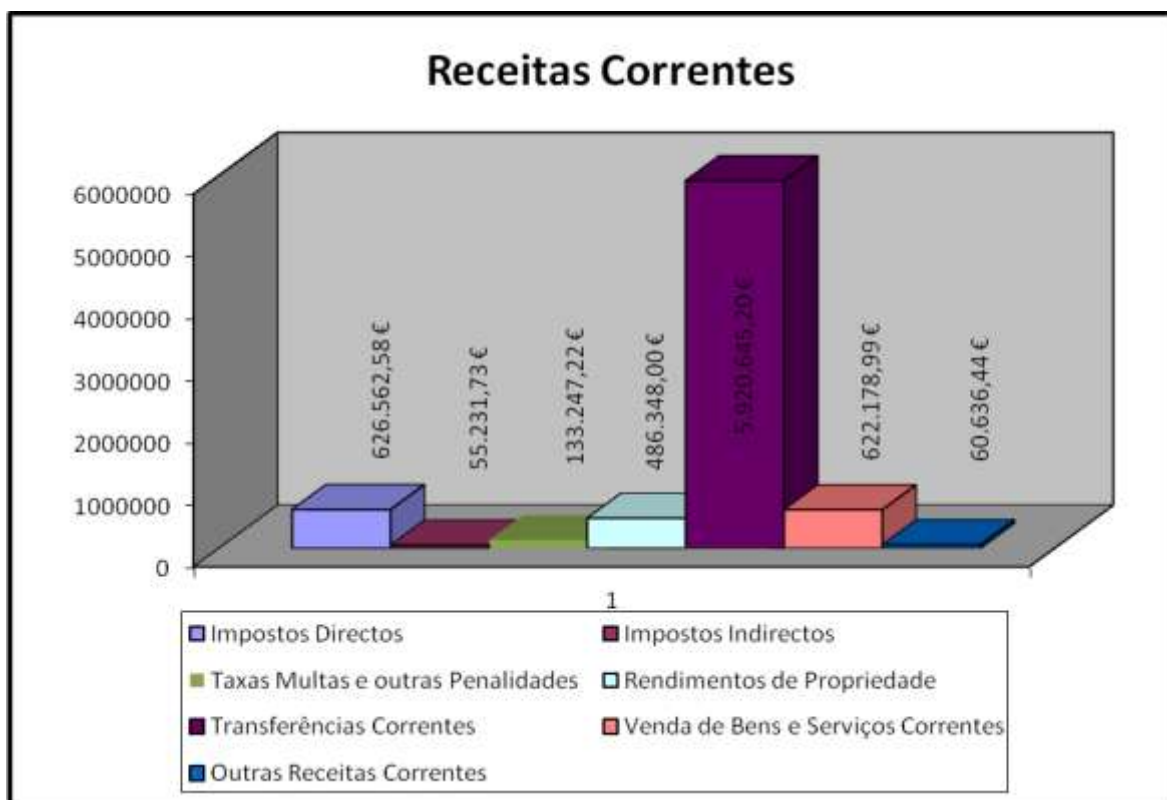
Sintetizando, podemos constatar através do gráfico seguinte que embora as transferências correntes e nomeadamente o direito aos Fundos Municipais,



esteja consignada na Lei das Finanças Locais constituindo assim receita, as Receitas Próprias do Município de índole corrente com o valor total de 1.984.204,96 euros representa apenas 12,12% do total da receita arrecadada.

Veja-se o gráfico.

**Receitas Correntes - 7.904.850,16 €**



Quanto às receitas de capital, traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo, que contribuem para fazer face a despesas de capital.

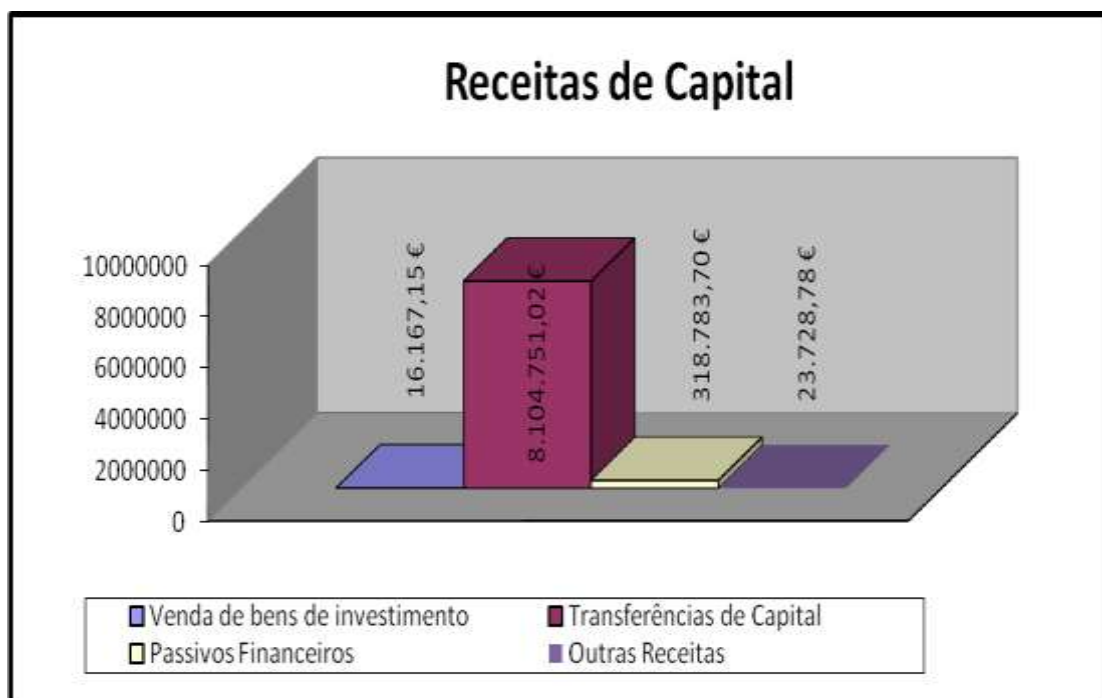
Já nos últimos anos o valor desta rúbrica era irrisório, mas o ano de 2011 ficou também caracterizado por uma acentuada quebra no que se refere à "Venda de Bens de Investimento", que realizou somente o valor de 16.167,15 euros, representando assim apenas 0,1% do total das receitas, contra os 0,3% conseguidos no ano económico de 2010.

O núcleo essencial das Receitas de Capital é constituído por "Transferências de Capital" e "Passivos Financeiros", tendo estas, registado no seu conjunto em 2011 o valor total de 8.423.534,72€ e que revela um crescimento superior a 2.300.000,00€ em relação ao de 2010. Se no caso da

rúbrica dos Passivos Financeiros, o aumento corresponde à utilização de 318.783,70€ relacionados com empréstimos de médio e longo prazo que gera dívida, já o valor de 8.104.751,02€ registado nas transferências de capital, mostra-nos um agradável crescimento. Se considerarmos que o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro teve um corte de 184.350,00€ relativamente ao ano anterior e como aconteceu nas transferências de natureza corrente, podemos então constatar que nos Fundos Comunitários (QREN) se registou um crescimento muito próximo dos 100%. É pois de salientar que dos 2.127.174,80 € registados em 2010, passamos para 4.229.023,02€ ou seja mais 98,81%, contribuindo assim com uma percentagem elevada para execução orçamental. Este registo só foi possível graças ao bom momento financeiro que o Município atravessa, que nos permite proceder ao pagamento da faturação sobre os projetos de investimento antes de receber a contrapartida financeira.

O aumento da dívida a terceiros depende em muito do grau de prontidão dessas transferências, no entanto e como na maioria das obras participadas, os pagamentos estão em dia, temos sempre um considerável crédito em carteira.

Assim do valor global das Receitas de capital 41,24% corresponde aos Fundos Municipais e 49,97 % aos Fundos Comunitários.

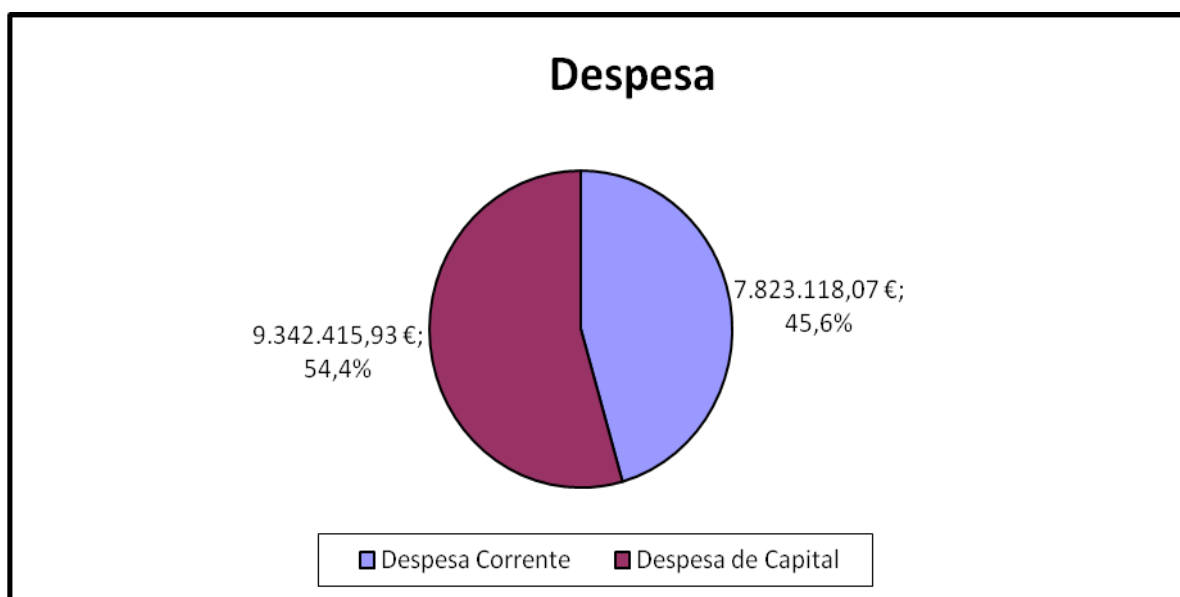


## Análise da Despesa

O quadro económico e financeiro com que nos temos confrontado nos últimos anos tem-se revelado propício às consecutivas diminuições operadas ao nível da arrecadação de receitas por parte dos municípios, e conseqüentemente à menor liquidez destes para fazer face ao vasto leque de programas e projetos que se propõem levar a cabo, tendo em atenção o aumento de atribuições que lhes estão cometidas por parte da Administração Central e que nem sempre é acompanhada de contrapartidas financeiras suficientes.

Não fosse o aumento verificado nos Fundos Comunitários, o valor das receitas voltaria a cair, pois só nos Fundos Municipais registou-se um decréscimo cerca de meio milhão de euros, que iria afetar a execução da despesa.

**Gráfico das Despesas: Total - 17.165.534,00 €**



A despesa paga, apresenta valores de execução de 65,15% e 17.165.534,00 € em termos absolutos, desagregada em 7.823.118,07 € de origem corrente e 9.342.415,93 € de capital.

Assim, por observação do quadro abaixo, verifica-se que tal como aconteceu na componente homóloga da receita e pelas razões já explicadas, a despesa municipal corrente registou um decréscimo cerca de 200.000,00€. De acordo com os mesmos dados deste quadro, verifica-se também que a Autarquia

tem seguido uma política de contenção de custos sobretudo, nas despesas de natureza corrente.

Já no que diz respeito às despesas de capital e em função da receita arrecadada da mesma natureza, os gastos efetuados no exercício económico de 2011 são incomparavelmente superiores aos verificados nos últimos anos, com crescimento de 4.036.161,45 € correspondendo a mais 76,06% do que em 2010.

Podemos ainda constatar que o valor total da despesa (17.165.534,00€) é superior ao verificado na receita (16.368.280,81€), justificado pelo facto de no final do ano anterior transitar termos com um saldo de 867.511,34€ não contando portanto para o apuramento da receita do ano.

Descrição	2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	7.457.766,78	59,7	8.005.543,88	55,7	8.040.095,53	60,2	7.823.118,07	45,6
Despesas de Capital	5.032.495,90	40,3	6.374.957,09	44,3	5.306.254,48	39,8	9.342.415,93	54,4
<b>Total da Despesa</b>	<b>12.490.262,68</b>	<b>100,0</b>	<b>14.380.500,97</b>	<b>100,0</b>	<b>13.346.350,01</b>	<b>100,0</b>	<b>17.165.534,00</b>	<b>100,0</b>

Verifica-se pois que as despesas correntes têm suplantado, ao longo de todo o período em estudo, a sua congénere de capital, absorvendo sempre a maior fatia da disponibilidade financeira do Município sempre próximo dos 60%, e que nos permite dizer que o maior esforço de pagamento tem sido canalizado para estas despesas de carácter corrente, apenas alterado este ano com as despesas de capital a conquistarem uma posição de maior relevo no total dos encargos municipais ultrapassando os encargos correntes em 1.519.297,86€.

Seguidamente proceder-se-á a uma análise individualizada de cada um dos grupos integrantes da estrutura global da despesa, por forma a ser perceptível a relevância que cada um ocupa no total da mesma, bem como a base de sustentação da aplicação do erário público na concretização dos diferentes objetivos que a Autarquia se propõe realizar, tendo em atenção as suas diversas áreas de atuação.

Para o efeito usar-se-á, de forma análoga ao processado na receita, uma metodologia que tenha em linha de conta o agrupamento da despesa global em subgrupos, de acordo com a natureza de cada uma das suas componentes:

- Despesas de Funcionamento;
- Serviço da Dívida;

- Investimento Global;
- Outras Despesas.

## Despesas de Funcionamento

Constituindo as "despesas de funcionamento", um importante indicador da dinâmica de atuação do Município, na medida em que espelham o volume de todos os encargos fixos e obrigatórios, reunindo no seu conjunto "despesas com pessoal", "despesas com a aquisição de bens e serviços" e "outras despesas correntes", torna-se inteligível, através da leitura do quadro abaixo, que estas evidenciaram, no exercício em análise, um decréscimo na ordem dos 2,3%, comparativamente com o ano económico de 2010, perfazendo um total de 7.241.037,63 euros.

Descrição	2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas de Pessoal	3.038.120,79	45,76	3.029.293,61	41,27	3.179.332,76	42,90	2.925.528,70	40,40
Aquisição de bens e serviços	3.539.170,33	53,31	4.292.646,20	58,48	4.179.111,57	56,40	4.260.084,43	58,83
Outras Despesas Correntes	61.921,82	0,93	18.528,60	0,25	51.772,36	0,70	55.424,50	0,77
Total das Despesas de Funcionamento	<b>6.639.212,94</b>	<b>100,0</b>	<b>7.340.468,41</b>	<b>100,0</b>	<b>7.410.216,69</b>	<b>100,0</b>	<b>7.241.037,63</b>	<b>100,0</b>

Ocupando as despesas de funcionamento o segundo lugar (só ultrapassado pelo investimento) no quadro dos encargos municipais, constata-se que elas representaram, no ano em análise, cerca de 42,18% do montante global da despesa do Município, o que traduz um elevado encargo suportado por este Município em despesas obrigatórias.

Face ao ano transato, as despesas com pessoal no valor de 2.925.528,70 no presente exercício registam um decréscimo na ordem dos 8%. Para tal contribuiu a redução de pessoal ligado às atividades de enriquecimento curricular e outros com contratos a prazo bem como o corte dos valores pagos pela opção gestonária.

Este decréscimo está em parte, associado ao crescimento registado na "Aquisição de Bens e Serviços" na medida em que as despesas com o pessoal atrás referido passaram para este capítulo, apresentando um aumento de 80.972,86€, significando portanto que não se verificaram grandes oscilações nos últimos três anos.

Descrição	2008	2009	2010	2011
Aquisição de Bens	902.943,35	885.791,39	923.243,59	947.357,76
Aquisição de Serviços	2.636.226,98	3.406.854,81	3.255.867,98	3.312.726,67
<b>Total</b>	<b>3.539.170,33</b>	<b>4.292.646,20</b>	<b>4.179.111,57</b>	<b>4.260.084,43</b>

A "Aquisição de Bens e Serviços" é dentro da componente das "despesas de funcionamento" a que regista o maior valor com 4.260.084,43€ representando 24,8% do total da despesa.

Pela análise da evolução da despesa realizada com a "Aquisição de Bens e Serviços", comprova-se que excluindo o ano de 2008 em que as despesas com os serviços de limpeza não estavam aqui imputadas, tem-se assistido a um equilíbrio de valores com oscilações insignificantes face aos valores envolvidos.

Em 2011, o montante gasto com a "Aquisição de Serviços" resumiu-se essencialmente às seguintes áreas:

- Limpeza e Higiene - 725.520,82 euros, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo.
- Encargos de Instalações - 493.030,53 euros, destinados exclusivamente aos encargos com energia elétrica.
- Transportes - 531.135,85 euros sendo que na sua maioria foram destinados ao pagamento dos transportes escolares.
- Comunicações - 119.138,20 euros relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet.
- Outros Serviços - 858.329,97 euros. Esta rubrica residual engloba serviços de natureza diversa, destacando-se aqui os custos com a iluminação pública (340.804,12€), prestação de serviços com pessoal (105.902,35€), os encargos com o funcionamento das Associações do Douro Superior (62.847,22€) e Terra Fria, (48.238,81€) os custos com as atividades extracurriculares (35.183,37€), mesas de voto (31.436,48€) para além de despesas relacionadas com a prestação de serviços por diversas empresas, protocolos com grupos de dança (Populum) e música (Orquestra do Norte) e ainda serviços de refeições.

No que concerne à rubrica "Aquisição de Bens", verifica-se que esta não tem sofrido grandes oscilações no decorrer de todo o período em análise, totalizando no presente exercício 947.357,76€ euros, ou seja cerca de 24.000,00€ a mais em relação ao último ano.

De referir que 29,32%, ou seja o grosso da fatia, foi canalizado para o consumo de "combustíveis e lubrificantes" que absorveram 277.849,90 euros.

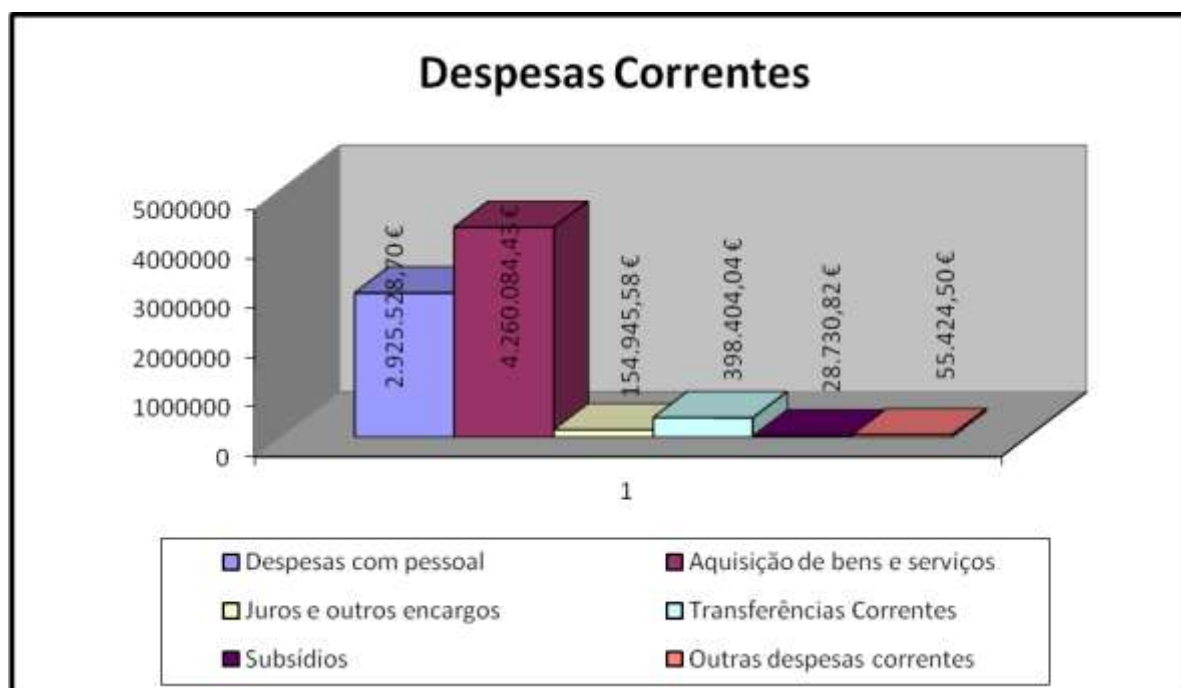
É no entanto a rubrica "Outros bens" que com 310.077,15€, ocupa o primeiro lugar deste capítulo, saindo daqui as despesas relacionadas com a aquisição de materiais diversos para execução e/ou reparação de obras municipais.

Para além das citadas destacam-se ainda as despesas com alimentação de alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo com 67.455,81€, os consumíveis com 46.321,37€, os produtos químicos com 56.639,93€ e o material para reparação de máquinas e viaturas com 39.077,86€. O restante valor no total de 149.935,74€, está desagregado por diversas rubricas com valores reduzidos, não merecendo portanto qualquer análise.

As despesas de funcionamento abarcam ainda uma outra rubrica - Outras Despesas Correntes - que pela sua natureza pouco previsível, aleatória e de carácter residual não têm manifestado grandes oscilações ao longo do período em apreciação, totalizando no último ano o valor de 55.424,50 euros, não atingindo sequer 1% do total das despesas de funcionamento.

Estas despesas de reduzida expressão respeitam, fundamentalmente a encargos com restituições de impostos e taxas e ainda aos serviços bancários.

**Gráfico das Despesas Correntes: Total - 7.823.118,07 €**



## Serviço da Dívida

Considerando a importância da dívida de empréstimos no contexto do endividamento municipal, importa avaliar o peso dos encargos daí decorrentes,

denominados juros e amortizações de capital, bem como o seu grau de importância no total da despesa e da receita municipal.

O quadro seguinte explana a evolução nos últimos anos da dívida assumida por esta Edilidade, no que diz respeito aos encargos financeiros (juros) e às amortizações do respetivo capital.

Descrição	2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Amortização Anual de Capital</b>	554.161,57	59,86	682.437,61	72,05	721.590,96	87,91	774.327,94	87,83
<b>Encargos Financeiros</b>	371.666,61	40,14	264.685,11	27,95	99.195,29	12,09	107.257,11	12,17
<b>Serviço de dívida</b>	<b>925.828,18</b>	<b>100,0</b>	<b>947.122,72</b>	<b>100,0</b>	<b>820.786,25</b>	<b>100,0</b>	<b>881.585,05</b>	<b>100,0</b>

Através da leitura dos dados acima referenciados, constata-se que os encargos inerentes ao serviço da dívida suportados pela Autarquia, ascenderam na gerência em análise, a 881.585,05 euros, o que traduz um acréscimo na ordem dos 7,40%, face ao ano anterior. Este facto resulta, por uma lado, termos utilizado os 318.783,70€ finais do último empréstimo contratado, por outro o aumento verificado nas taxas de juro.

Este cenário teve como único responsável o aumento verificado na verba adstrita à "amortização de capital", que no presente exercício totalizou um custo para a Autarquia de 774.327,94 euros, mais 52.736,98 euros que o valor despendido no exercício anterior.

Como facilmente se depreende pela leitura da informação patente no quadro relativo ao "Serviço da Dívida", o montante gasto com as "Amortizações de Capital" adquiriu uma expressividade crescente ao longo de todo o período em análise, em detrimento dos encargos financeiros (juros), que com exceção a este ano, tem vindo a diminuir consideravelmente, justificado pelo facto de grande parte dos empréstimos estarem já em fase final de liquidação.

De referir que a totalidade do valor amortizado prende-se com créditos contraídos junto da banca, sendo que os custos inerentes ao serviço da dívida representam face ao cômputo geral da despesa uma percentagem de 5,13. Quanto ao valor em dívida à banca no final do ano em análise, regista um valor de 6.663.620,24 € contra os 7.119.164,48€ em 2010, registando-se portanto um decréscimo 455.544,24€.



## Investimento Global

O investimento municipal, importante para a sociedade local, espelha a política de orientação seguida pela Autarquia, assente no conjunto de meios técnicos e financeiros ao seu dispor.

Tendo em atenção, a conjuntura económica e financeira nacional, e a escassez de recursos financeiros, indispensáveis à prossecução dos objetivos, podemos verificar que nesta Autarquia passou-se o inverso, pois nunca o valor do investimento direto atingiu valor tão elevado com 7.966.855,77€ gastos no desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho, numa visão de médio e longo prazo, com a finalidade da utilidade social.

Tendo já sido falado dos Passivos Financeiros e os Ativos Financeiros não registarem movimento, o Investimento Global do Município caracterizado pelas componentes - Investimento Direto, Transferências de Capital e Outras Despesas de Capital - proceder-se-á a uma avaliação geral do seu comportamento.

Para o efeito, elaborou-se o quadro abaixo apresentado.

Descrição	2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	4.205.593,22	93,91	5.382.671,80	94,46	4.021.674,83	87,72	7.966.855,77	93,17
Transferências de Capital	272.741,11	6,09	315.962,52	5,54	562.988,69	12,28	394.599,77	4,61
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.601,07	2,22
<b>Investimento Global</b>	<b>4.478.334,33</b>	<b>100,00</b>	<b>5.698.634,32</b>	<b>100,00</b>	<b>4.584.663,52</b>	<b>100,00</b>	<b>8.551.056,61</b>	<b>100,00</b>

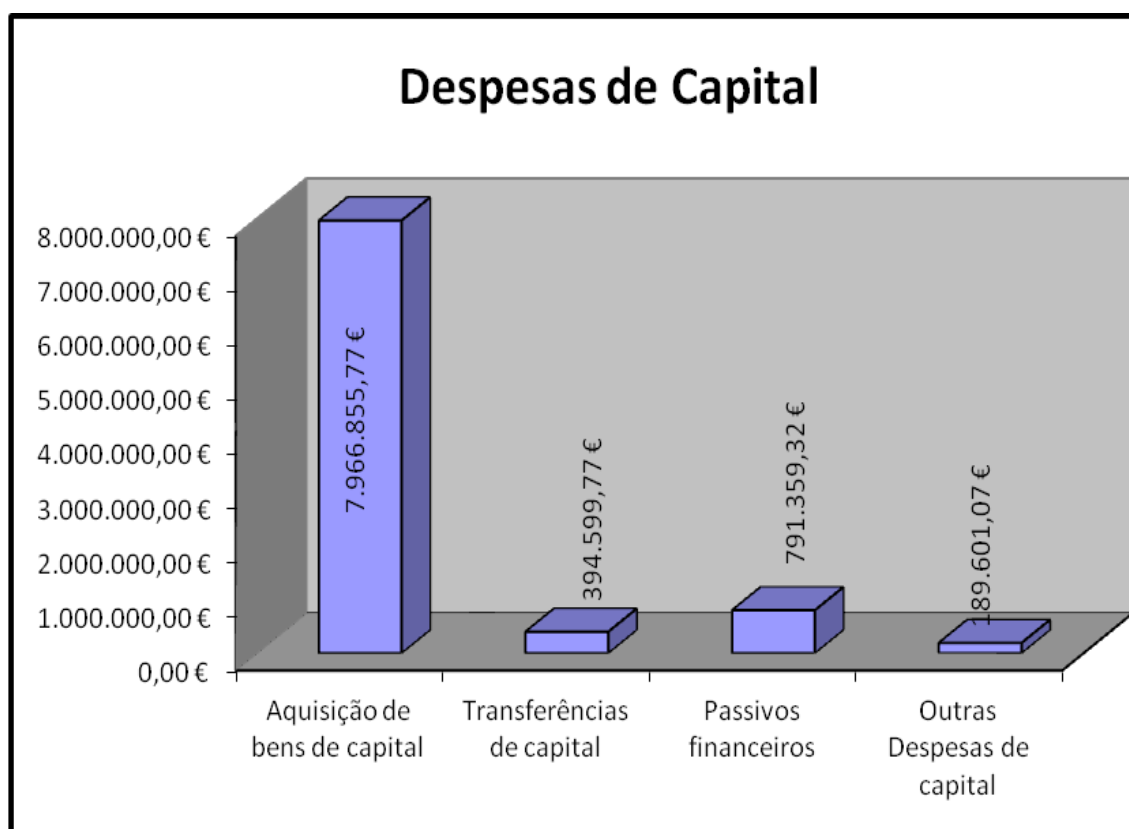
Como se pode observar, o "Investimento Global" registou durante o ano em análise, um aumento cerca de 86% em relação a 2010, traduzido num valor próximo dos quatro milhões de euros distribuídos pelos itens referidos, nos quais apenas desce o valor das transferências de capital.

O aumento verificado, reflete de forma bem evidente, o grau de execução do Plano traçado em 2010, pois no cômputo geral da despesa, o investimento global representa cerca de 50% do total, o que significa um

aumento importante face ao ano económico de 2010, em prol dos "encargos de funcionamento" que passam para segundo plano com um peso de 42,18%, seguidos do montante afeto ao "Serviço da Dívida", que exibiu uma importância na despesa global da Autarquia de 5,13%.

O conjunto das Despesas de Capital, com o valor de 9.342.415,93 €, representa 54,4% do total das Despesas, estando desagregadas e de acordo com o gráfico que se segue, pela aquisição de bens de capital traduzida em 46,4%, as transferências de capital com 2,3%, os passivos financeiros com 4,6% e as outras despesas de capital com 189.601,07 € e 1,1% do total das despesas.

**Gráfico das Despesas de Capital: Total - 9.342.415,93 €**



Constituindo o investimento uma das áreas de maior relevo e de indiscutível importância num Município revela-se essencial uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

## Investimento Direto

Descrição	2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	54.199,20	1,29	10.812,50	0,20	7.267,50	0,18	205.837,66	2,58
Habitação	19.442,16	0,46	20.981,48	0,39	42.500,00	1,06	0,00	0,00
Edifícios	1.220.590,13	29,02	168.473,58	3,13	987.850,24	24,56	3.097.309,33	38,88
Construções Diversas	2.494.400,72	59,31	4.210.441,27	78,22	2.144.969,60	53,34	4.257.001,85	53,43
Material de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	13.800,00	0,34	22.591,41	0,28
Maquinaria e Equipamento	312.193,88	7,42	726.378,69	13,49	751.049,01	18,68	286.664,93	3,60
Outros	104.767,13	2,49	245.584,28	4,56	74.238,48	1,85	97.450,59	1,22
<b>Investimento Direto</b>	<b>4.205.593,22</b>	<b>100,00</b>	<b>5.382.671,80</b>	<b>100,00</b>	<b>4.021.674,83</b>	<b>100,00</b>	<b>7.966.855,77</b>	<b>100,00</b>

Como se pode observar, o valor afeto ao investimento direto depois de uma queda acentuada no ano anterior, voltou a crescer como vinha acontecendo ao longo do período em análise, consubstanciando-se em 2011, em 7.966.855,77 euros, o que traduz um aumento de cerca de 98%, face ao ano precedente. O investimento direto passa, assim, a constituir a categoria maioritária do investimento global, apresentando-se, inclusive, como o principal responsável pelo aumento do seu valor e consequentemente do aumento da despesa municipal cujo peso se cifrou no ano em estudo em 46,41%, contra 30,13% evidenciados no exercício anterior.

Analisando os investimentos levados a cabo nos últimos quatro anos, diretamente pela Autarquia, nas suas diferentes áreas de atuação, constata-se neste último ano, que o aumento registado pela rubrica "Investimento Direto", teve a sua origem na quebra operada na maioria das frentes de intervenção municipal, principalmente nas "Construções Diversas" e "Edifícios" quebrada apenas pela "Maquinaria e Equipamento" que teve um decréscimo relativamente aos anos anteriores.

Avaliando a evolução das várias componentes que constituem o investimento direto, verifica-se que foi ao nível das despesas inerentes às "Construções Diversas" e "Edifícios" que se evidenciou o maior aumento do investimento, registando nas duas rubricas individualmente, crescimentos

superiores a 2.000.000 de euros, correspondendo nas duas situações, a percentagens superiores a 100%, podendo assim considerar que esta componente continua a ocupar o topo da hierarquia do investimento levado a cabo diretamente pela Autarquia.

No âmbito desta área de intervenção municipal temos como principais realizações:

**Nas construções Diversas:**

- Os investimentos realizados ao nível de "Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares", que abarcaram 2.743.056,58 euros da disponibilidade financeira do Município, destacando-se aqui as obras de Recuperação da Zona Histórica da Sede do Concelho - 1ª e 2ª fase;

- Investimentos efetuados ao nível da "Viação Rural" com 1,078.913,62€ gastos na sua maioria com a Pavimentação de E.M. 1163 entre Sanhoane e Gregos e a Pavimentação da estrada de Zava ao Complexo e dos caminhos de Travanca a Figueirinha e entre a E.M. 600-1 e Sanhoane;

**Nos Edifícios:**

Relegados para segundo plano encontram-se os investimentos efetuados no âmbito da rubrica "Edifícios", com um peso considerável no total do investimento direto (38,88%), e que absorveu no ano em análise, 3.097.309,33 euros, o que corresponde a mais do triplo do valor relativamente ao ano transato.

O valor realizado neste domínio do investimento direto teve como principais destinos:

- "Escolas" com o valor de 1.602.728,65€, destinados exclusivamente à Construção da Escola do 1º CEB e Jardim de Infância;

- "Outros Edifícios", que realizou um montante de 1.463.641,76 euros, com destino principal a construção das Cozinhas Regionais.

**Terrenos:**

Relativamente ao valor afeto à rubrica "Terrenos", com o total de 205.837,66 € constata-se que o investimento realizado neste domínio ficou a dever-se à aquisição de terrenos que tiveram como finalidade:

- Implantação da Estrada do Complexo Desportivo a Zava - 450,00€;
- Construção da Estrada de Vilarinho a Bruçó - 47.458,99€;
- Construção da E.M. de Vilarinho a Ventozelo - 1.400,00€;
- Loteamento Industrial de Mogadouro - 11.475,00€;
- Valorização Ambiental da Ribeira do Juncal - 141.083,67€;
- Instalação da ETAR em Peso - 2.270,00€;

- Construção de depósito para de água em Bemposta - 1.000,00€;
- Instalação de ETAR compacta em Vilarinho - 700,00€.

No que diz respeito ao investimento concretizado em "Maquinaria e Equipamento", este onerou as despesas do Município, no ano a que esta gerência se reporta, em 286.664,93 euros, o que traduz uma acentuada quebra face ao ano precedente, representando agora apenas 3,6% do total do Investimento Direto. Cabem nesta rubrica a aquisição de equipamento e software informático, a aquisição de equipamento administrativo e as ferramentas e utensílios. A redução em relação ao ano de 2010, deve-se ao facto de naquele ano se ter adquirido a viatura limpa fossas.

As restantes rubricas que constituem o investimento direto - Material de Transporte, Habitação e Outros revelaram uma presença diminuta no cômputo geral deste investimento, representando no seu conjunto, apenas 1,5% do total.

Seguidamente, passaremos a uma abordagem sobre a evolução no último quadriénio de uma outra forma de investimento local designada por "**Transferências de Capital**", que não sendo investimento realizado diretamente pela Autarquia representa custos para a mesma, e traduz-se em pagamento de verbas a várias entidades locais nomeadamente Freguesias, Instituições sem Fins Lucrativos, para que estas financiem projetos de investimento.

## **Transferências de Capital**

Abrangendo esta rubrica, os fluxos monetários, destinados ao financiamento de despesas de capital daqueles que deles beneficiam, destacam-se essencialmente três grupos:

- Freguesias;
- Associações de Municípios;
- Instituições sem Fins Lucrativos.

Ao longo do período em análise, as transferências de capital, evidenciaram um peso relativo no total da despesa de 2,3%, perfazendo uma quantia de 394.599,77 euros na atual gerência, registando comparativamente ao ano transato uma quebra relacionada com o apoio dado naquele ano à Santa Casa da Misericórdia, mas superior aos dois anos anteriores.

A primazia da transmissão deste tipo de valores por parte da Edilidade vai para as Freguesias, que arrecadaram 282.679,00€, provenientes essencialmente dos protocolos de cooperação celebrados com aquelas entidades. O segundo grupo com mais impacto, são as Instituições sem Fins Lucrativos em especial as Fábricas da Igreja que absorveram 55.553,80€ e 14,07% do total das transferências de capital.

Coube ao conjunto das Associações de Municípios e outras, arrecadarem 56.366,97€ onde estão incluídos valores relativos ao apoio habitacional.

Descrição	2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Freguesias	143.546,15	52,63	227.713,06	72,07	253.721,60	45,07	282.679,00	71,64
Instituições s/ Fins Lucrativos	45.611,60	16,72	67.555,98	21,38	230.730,75	40,98	55.553,80	14,08
Outras	83.583,36	30,65	20.693,58	6,55	78.536,34	13,95	56.366,97	14,28
<b>Total</b>	<b>272.741,11</b>	<b>100,00</b>	<b>315.962,62</b>	<b>100,00</b>	<b>562.988,69</b>	<b>100,00</b>	<b>394.599,77</b>	<b>100,00</b>

## **Outras Despesas de Capital**

Este capítulo, regra geral não regista movimentos o que aconteceu nos últimos anos, porém durante o ano de 2011, tivemos de restituir 60.681,83€ à empresa Ladário por aplicação de multa e à qual o Tribunal lhes deu razão e ainda 128.919,24€ de Fundos Comunitários pagos pelo indevidamente pelo IFDR que pertenciam a outros municípios.

## **Transferências Correntes e Subsídios**

Estes apoios, de natureza corrente, são uma relevante fonte de despesa autárquica, sendo responsáveis por cerca de 2,5% do total da despesa realizada em 2011 totalizando 427.134,86€.

As transferências correntes e os subsídios são importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

A maior fatia do bolo foi absorvida pelas Instituições sem Fins Lucrativos, designadamente as Associações Desportivas, Recreativas e Culturais do Concelho, com o valor de 301.417,15€. O restante valor foi distribuído pelo município de Vimioso para despesas do Canil (17.908,11€), para as Freguesias

(27.296,00€), Associações de Municípios (24.820,34€), Regiões de Turismo (1.500,00€), Associações de Solidariedade Social (2.742,40€) e ainda em subsídios, 11.670,88€ para apoio na aquisição de manuais escolares e 28.730,82€ para o pessoal de inserção e emprego.

## **Evolução do endividamento**

No quadro da Lei das Finanças Locais, o grau de autonomia dos Municípios, em matéria de endividamento, já é reduzido, com as recentes medidas de contenção orçamental, ao abrigo do recente Plano de Austeridade, agravaram-se as restrições ao endividamento municipal.

No contexto da presente análise da dívida, e em conformidade com os valores constantes do quadro abaixo, conclui-se que ao longo de todo o período destes quatro anos, têm-se registado decréscimos sucessivos no total de endividamento, quer no de Curto Prazo, quer no de Médio e Longo Prazo, sendo que relativamente ao último exercício foi cerca de 600.000 euros, o que equivale a uma percentagem de 7,58%.

<b>Descrição</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Dívida de MLP</b>	<b>7.890.675,48</b>	<b>7.736.805,71</b>	<b>7.209.116,06</b>	<b>6.722.716,53</b>
Bancos	7.740.761,27	7.616.274,27	7.119.164,48	6.663.620,24
Locação	149.914,21	120.531,44	89.951,58	59.096,29
<b>Dívida de CP</b>	<b>1.822.157,69</b>	<b>1.426.622,66</b>	<b>418.270,77</b>	<b>326.092,45</b>
Fornecedores	1.822.157,69	1.426.622,66	418.270,77	326.092,45
<b>Endividamento Total</b>	<b>9.712.833,17</b>	<b>9.163.428,37</b>	<b>7.627.386,83</b>	<b>7.048.808,98</b>

É oportuno referir que do montante 6.663.620,24 € correspondente ao capital em dívida de empréstimos a médio e longo prazo com Bancos, 2.335.868,23€, são referentes a empréstimos designados por excecionados, que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento do Município o que representa 35% do total.

Resumidamente, pode sintetizar-se que desde o primeiro ano indicado no quadro, o valor total do endividamento caiu cerca de 2.700.000,00€.

Embora o Balanço nos mostre outros valores diferentes, os acima apresentados são os reais, porque os 673.266,24 € constantes naquele documento dizem respeito a garantias e cauções prestadas em dinheiro e depositadas numa conta de operações de tesouraria, valor disponível em qualquer momento. Também os valores apresentados no Passivo na conta 24 designado por "Estado e outros entes Públicos" com 29.743,58€ são anulados quase na totalidade pelo valor apresentado na mesma conta no Ativo.

Desagregada a dívida de curto prazo, no final de 2011 registava 170.907,65€ a fornecedores conta-corrente e 154.547,51 € a fornecedores de imobilizado.

Quanto à dívida com contratos de locação financeira, relacionada com a aquisição das antigas instalações do B.P.S.M. era no final do ano de 2011 de 59.096,29€, representando também uma quebra considerável.

De acordo com o Orçamento de Estado, está vedada a contratação de novos empréstimos no entanto e de acordo com a Lei das Finanças Locais, que estabelece como limite de endividamento líquido municipal no final do ano, 125% sobre a soma do montante dos impostos municipais com as participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro do ano anterior para além de excluir deste montante o valor dos empréstimos contraídos para obras financiadas pelos fundos comunitários bem como os contraídos para intempéries, podemos constatar que para além de termos cumprido com rigor a Lei referenciada, o limite está longe de ser atingido.

## **Classificação Funcional**

Em matéria de classificação funcional e no que respeita ao conjunto do PPI e do Plano de Actividades Municipais, as funções gerais com 745.242,79€, assumiram 6,98% da realização geral; as funções sociais com 5.791.326,84 € representam 54,24%, as funções económicas com 2.704.567,85 € traduzidas em 25,33% e as outras funções 1.436.937,17 € com 13,45 %.

Com uma taxa de execução de 58 %, as Grandes Opções do Plano de 2011, atingiram o valor absoluto de 10.678.074,65 € dos quais 7.966.855,77 €



referem-se ao PPI e 2.711.218,88 € ao conjunto de acções consideradas como relevantes e cuja despesa não é considerada de investimento da própria autarquia, podendo no entanto sê-lo de outras entidades.

Conforme se pode verificar através da leitura dos valores desagregados no quadro seguinte, as **Funções Sociais** com 5.791.326,84 € representam 54,24% do total, destacando-se aqui várias rubricas designadamente o "Ensino" com 1.622.261,28€ e consequente construção da Escola, o "Ordenamento do Território" com 2.774.200,71€ afetos essencialmente à recuperação da zona histórica da Vila, os "Resíduos Sólidos" com 725.520,82€. Registaram-se também investimentos em menor valor na área do "Saneamento" com 153.750,86€ e no "Abastecimento de Água" 217.127,53€ com o maior bolo gasto no abastecimento de água ao Sector Nascente, obra iniciada há poucos meses. Para terminar esta ação, lembramos o valor de 252.332,73€ investidos nos "Serviços Culturais e Religiosos", onde não havendo valor individual a destacar porque não houve investimento (obra), há no entanto diversas atividades nas mais variadas vertentes realizadas durante o ano.

A segunda maior fatia (2.704.567,85€) diz respeito às **Funções Económicas** onde o maior valor registado é o da "Indústria e Energia" com 1.480.226,19€, estando à cabeça o investimento na construção do Núcleo de Cozinhas Regionais. Também com o valor considerável de 1.078.913,62€ aparecem os "Transportes Rodoviários" onde se registaram diversas intervenções em todo o concelho com a maior fatia a ser gasta na estrada da E.N. 221 a Sanhoane.

Em troca com a anterior aparecem as **Outras Funções** com um registo de 1.436.937,17€ ondes estão incluídas as despesas com a amortização e encargos financeiros dos "Empréstimos" com o valor de 899.186,49€, a "Transferência entre Administrações" com 518.781,44€, onde se incluem as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, os subsídios de capital a Associações e Comissões Fabriqueiras e ainda as quotizações e despesas com as Associações de Municípios de que fazemos parte.

Em último e mais uma vez ficaram as **Funções Gerais**, que dos 745.242,79€ gastos durante o ano de 2011, 573.656,96€ destinaram-se á "Administração Geral" onde cabem todas as despesas relacionadas com a

aquisição de maquinaria, equipamento e mobiliário diverso e 171.585,83€ para a "Proteção Civil e luta contra incêndios" destinados ao pagamento dos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente para além dos Protocolos celebrados com os Bombeiros Voluntários de Mogadouro.

Relembramos ainda e porque os valores por serem reduzidos, não aparecem discriminados quantitativamente, as várias atividades e desempenhos levadas a cabo durante o ano nas mais diversas áreas, designadamente na Biblioteca Trindade Coelho e na Casa das Artes com danças, ginástica e oficinas de música não esquecendo as sessões de cinema na Casa da Cultura e ao ar livre.

Ao nível da educação realçamos as actividades de enriquecimento curricular, como a música, a ginástica e o inglês, continuando com as férias desportivas em dois períodos do ano.

Continuamos a apoiar e organizar o mais diversificado tipo de actividades desportivas (torneio inter-freguesias) e culturais (feira do livro, prémio Trindade Coelho, concurso de poesia entre outros), bem como a cedência ou aluguer de autocarros, encontros de anciãos, as festas em todo o Concelho com fornecimento de energia eléctrica e cedência de outros equipamentos como o palco móvel.

Nas Piscinas quer nas cobertas quer nas descobertas, continua a registar-se uma grande afluência, por um lado os jovens com as aulas e por outro os mais idosos com sessões de hidroginástica, para além da população em geral que a frequenta em grande número. De referir que a piscina coberta é também utilizada pelas escolas na disciplina de Educação Física com várias turmas em determinados períodos do ano a praticar natação.

Pela segunda vez foi organizado o raid aéreo designado por "Red Burros", que registou uma afluência e um sucesso superior ao ano anterior.

Também o "Portugal Lés a Lés" organizado com partida pela primeira vez em Mogadouro e com gastos bastante reduzidos, trouxe ao nosso Concelho perto de 2.000 pessoas e mais de mil Motos, animou durante dois dias a atividade comercial para além de através das televisões nacionais a cobrir o evento, levar o nome de Mogadouro ao conhecimento do país em geral e aos amantes da modalidade em particular.

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2011				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>745.242,79</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,98%</b>
1.1.1.	Administração geral	573.656,96	76,97%	5,37%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	171.585,83	23,03%	1,61%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>5.791.326,84</b>	<b>100,0%</b>	<b>54,24%</b>
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	1.622.261,28	28,02%	15,20%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	9.465,30	0,16%	0,09%
2.3.2.	Acção social	36.667,61	0,63%	0,34%
<b>2.4.</b>	<b>Habitação e serviços colectivos</b>	<b>3.870.599,92</b>	<b>66,83%</b>	<b>36,25%</b>
2.4.2.	Ordenamento do território	2.774.200,71	47,90%	25,98%
2.4.3.	Saneamento	153.750,86	2,65%	1,44%
2.4.4.	Abastecimento de água	217.127,53	3,75%	2,04%
2.4.5.	Resíduos sólidos	725.520,82	12,53%	6,79%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>252.332,73</b>	<b>4,36%</b>	<b>2,36%</b>
2.5.1.	Cultura	109.050,12	1,88%	1,02%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	127.077,36	2,20%	1,19%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	16.205,25	0,28%	0,15%
<b>3.</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>2.704.567,85</b>	<b>100,0%</b>	<b>25,33%</b>
3.2.	Indústria e energia	1.480.226,19	54,73%	13,86%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1.078.913,62	39,89%	10,10%
3.4.1.	Mercados e Feiras	103.227,21	3,82%	0,97%
3.4.2.	Turismo	42.200,83	1,56%	0,40%
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>1.436.937,17</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,45%</b>
4.1.1.	Empréstimos	899.186,49	62,58%	8,42%
4.1.2.	Juros de Locação Financeira	1.319,35	0,09%	0,01%
4.2.	Transferência entre Administrações	518.781,44	36,10%	4,86%
4.3.	Diversas não especificadas	17.649,89	1,23%	0,16%
		<b>10.678.074,65</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,00%</b>

### Modificações ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos

Durante a execução do orçamento, na sequência da ocorrência de situações de impossibilidade de realização de despesas ou de arrecadação de

receita motivada por insuficiência de dotações, em consequência da morosidade na arrecadação de receita; inexistência de dotação, em consequência da sua imprevisibilidade na fase de preparação do orçamento; não inclusão de previsões de receitas (novas ou já existentes), com o objectivo de evitar a inviabilização da execução financeira da actividade autárquica, recorreu o Município à aplicação do mecanismo das modificações orçamentais (revisão orçamental ou alteração orçamental), consoante os casos, modificações essas, utilizadas no cumprimento das regras definidas pelo POCAL nos seus pontos 8.3.1 e 8.3.2.

Assim, durante o ano de 2011, foram operadas duas revisões ao Orçamento da Receita e 12 alterações e 2 revisões ao Orçamento da Despesa.

Foram também ao longo de 2011, operadas 11 alterações e 1 revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 9 alterações e 1 revisão ao Plano de Atividades Municipais.

O Resultado líquido do exercício é negativo de 1.514.353,73 €, inferior ao de 2010 em 803.572,32 €. Quanto ao Ativo Bruto no final de 2011 é de 136.683.712,38 €, registando assim um incremento superior a 7.000.000,00 €. Se atendermos a que o valor das amortizações do exercício, foi de 6.145.304,18 €, conclui-se que o resultado negativo resulta em parte desse facto.

### **Proposta de Aplicação de Resultados**

O Decreto-Lei nº. 54-A/99 de 22 de Fevereiro no ponto 2.7.3, determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 1.514.353,73€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.

Mogadouro, 9 de Março de 2012.

## ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

#### 8.1.1. - Identificação:

- Município de Mogadouro
- Número de Identificação Fiscal: **506851168**
- Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO
- Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874
- MAIL - geral@mogadouro.pt
- Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.
- N.º de Eleitores: 11.389 - D.R. n.º 44, II Série de 01/03/2012

#### 8.1.3. - Estrutura Organizacional

	Data da aprovação	Data de publicação	Diário República
Estrutura Orgânica	24 de setembro de 2010	9 de dezembro de 2010	N.º 237 - II Série
Mapa de Pessoal	Câmara	Assembleia	
	07/12/2010	23/12/2010	

**8.1.4. - Descrição sumária das atividades:** O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 159/99 de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

#### 8.1.5. - Recursos Humanos - Órgão Executivo

**De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro**

António Guilherme Sá de Moraes Machado  
 João Manuel dos Santos Henriques  
 João Fernando Pinto de Freitas Meira

Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves  
Fernando José Bártolo  
António Joaquim Pimentel  
Armando Emanuel Rainha Pereira Simões Pacheco

**Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos**

**No período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro:**

- António Guilherme Sá de Moraes Machado - Presidente
- João Manuel dos Santos Henriques - Vice-Presidente
- António Joaquim Pimentel - Vereador
- Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves - Vereadora

**8.1.6. - Organização Contabilística:** Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro)

**8.1.7.- Outra informação** (conforme Resolução n.º 4/2001)

**Indicadores de Gestão:**

Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.726.821,00
Fundo Social Municipal	126.111,00
Participação fixa no IRS	180.679,00
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	8.043.248,19
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	4.021.674,83
Despesas com pessoal do quadro	2.148.293,56
Despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação	515.960,76
Dívidas a Receber de Terceiros	22.870,94

**Ações Inspetivas:**

- Data da última ação: 28/11/2005
- Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005
- Entidade: I.G.A.T.
- N.º Processo: S.P.40800

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º. de processo S.P.40800-IO/2011.

**Serviços Municipalizados:**

- Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.

**Regulamentos/Diretivas/Internas:**

- Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.

**Documentos de Gestão:**

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação Órgão Deliberativo
Grandes Opções do Plano - 2011	7 de dezembro de 2010	23 de dezembro de 2010
Orçamento para 2011	7 de dezembro de 2010	23 de dezembro de 2010
Documentos de Prestação de Contas		

**8 .2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**Introdução**

Conforme o preceituado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as suas alterações as notas ao Balanço, visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nestes documentos ou de outras situações que não tendo reflexo nos mesmos, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

A sua exigibilidade está expressa no ponto 2 do artigo 6º do Decreto já citado e na resolução nº. 4/2001 do Tribunal de Contas.

As notas a seguir enumeradas respeitam a numeração prevista no 8º ponto do POCAL. As que não são mencionadas, ou não se aplicam na nossa situação ou dizem respeito a factos ou situações que se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

**8.2.1** - O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade de operações da Autarquia, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".

**8.2.3** - Critérios valorimétricos adotados:

## **IMOBILIZAÇÕES**

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município. Assim e de acordo com o Regulamento, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, regra geral, é valorizado pelo custo de aquisição ou de produção.

As amortizações são calculadas no último dia do ano, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes, conforme artigo 26º do Regulamento da Autarquia.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.

Algumas rubricas do balanço sofrerem grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.



Houve ainda bens imóveis cuja vida útil foi aumentada devido a intervenções que sofreram, outros retirados por estarem registados em duplicado.

No que respeita aos bens móveis, foram abatidos 9.667,90€ relacionados com bens que se tornaram inoperacionais. Há ainda um conjunto de bens sem valorização dada a impossibilidade de o fazer.

## **ATIVO**

Inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos:

- a) Ativo imobilizado, composto pelos elementos do património do Município que apresentam carácter permanente e não destinados a venda - Bens de domínio Público; Imobilizações Incorpóreas; Imobilizações corpóreas e investimentos Financeiros;
- b) Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;
- c) Acréscimos e Diferimentos, designadamente os acréscimos de proveitos que constituem proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja receita só venha a obter-se em exercícios posteriores, e os custos diferidos, que compreendem as despesas ocorridas no exercício, cujos custos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

### **a) Bens do domínio público**

Os bens do domínio público com o valor líquido de 46.959.676,49€, registam um ligeiro aumento de cerca de 56.000 euros em relação ao ano anterior, no entanto e como se pode verificar no Balanço, todas as rubricas sofreram alterações positivas significativas, mas no caso concreto das outras construções e infraestruturas o valor de 19.139.051,57€ relativos às amortizações/provisões acaba por proporcionar apenas o crescimento referido, pois os "terrenos" e as "imobilizações em curso", mostram os valores de 632.110,66 e 3.992.001,02€ contra os 441.718,00 e 1.236.006,91€ respetivamente registados no ano de 2010.

### **b) Imobilizações Incorpóreas**

Este item apresenta uma diminuição de 106.364,64€ registando alterações positivas nas despesas de investigação no valor de 7.817,33€ e diminuições nas imobilizações em curso por passarem a definitivas bem como no software informático que registou uma queda vertiginosa devido à sua elevada taxa de amortização (amortiza em 3 anos) que nos mostra em 2011 o valor líquido de 81.455,92€.

### **c) Imobilizações corpóreas**

É neste capítulo que se regista o maior aumento do Ativo com 1.505.045,03€ a mais em relação a 2010, havendo rubricas que registaram crescimento como os "terrenos", os "edifícios e outras construções", as "ferramentas e utensílios" e "outras imobilizações corpóreas" com o "equipamento básico", o "equipamento de transporte" o "equipamento administrativo" e principalmente as "imobilizações em curso" a registarem diminuições. Se compararmos o total do Ativo Bruto com o registado em 2010, temos um aumento superior a seis milhões de euros, na prática, deduzido o valor das amortizações e provisões o Ativo Líquido regista apenas o aumento de 925.210,32€.

### **d) Investimentos Financeiros - Partes de Capital**

A rubrica de "Partes de Capital" regista em 2011 o valor de 6.490,98 € e diz respeito à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes (3.740,98 €); e Resíduos do Nordeste (2.750,00 €), tendo o valor de 1.250,00 € em nome da Empresa Município passado para a conta 69 (outras correções) por se ter verificado estar mal classificada.

As amortizações acumuladas da autarquia apresentam um aumento, em termos absolutos de 5.810.597,99€ em relação a 2010, apresentando em 2011, o saldo final de 42.196.868,06€. Durante o ano em análise verificam-se 6.153.886,28€ de Amortizações e 343.288,29€ de Regularizações conforme consta do mapa detalhado das Amortizações e Provisões.

## **CIRCULANTE**

### **e) Existências**

No final do ano de 2011, o armazém regista o valor de 193.868,45€ (desagregadas conforme mapa seguinte) refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em

qualquer momento serem utilizados e ou aplicados, sendo os mesmos valorizados ao custo de aquisição adicionado dos gastos suportados direta ou indiretamente para as colocar no seu estado atual.

Foi adotado como método de custeio das saídas o custo médio ponderado por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e a incorporar nos produtos finais, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

EXISTÊNCIAS - 2011	
Matérias-Primas	2.034,77€
Matérias subsidiárias	18,68€
Materiais diversos	225,87€
Outros combustíveis	16,94€
Lubrificantes	2.115,32€
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.211,09€
Material de escritório	39.566,75€
Artigos para oferta	3.162,60€
Limpeza, higiene e conforto	7.938,61€
Material de transporte	4.911,28€
Material de educação, cultura e recreio	59,42€
Vestuário e artigos pessoais	3.198,28€
Outros fornecimentos e serviços	127.067,50€
Produtos químicos	1.341,34€
<b>TOTAL</b>	<b>193.868,45€</b>

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		157.661,78€
Compras		474.078,02€
Regularizações de Existências		-6.102,66 €
Existências finais		193.868,45 €
<b>Custos no exercício</b>		<b>431.768,69 €</b>

#### **f) Dívidas de Terceiros**

**Utentes-** O valor de 70.810,20 €, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.

**Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa** - O valor de 3.955,18 €, corresponde às dívidas que pelo seu atraso no pagamento, são consideradas de cobrança duvidosa, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida a certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam uma diminuição de 16.360,94€ em relação ao ano anterior porque pela primeira vez foram constituídas provisões pela sua incobrávelidade. Estes valores alteram de ano para ano de acordo com as datas de entrada em débito ou relaxe.

**Estado e outros entes públicos** - O valor de 23.503,40 € representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo portanto uma receita do Município para o ano de 2012.

#### **h) Depósitos em instituições financeiras e Caixa**

**Depósitos em instituições financeiras** - O valor de 776.652,11€, corresponde à disponibilidade em instituições financeiras, resultante da soma dos saldos de todas as contas bancárias, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 706.393,96€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando portanto que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções. Significa portanto que o valor de 70.258,15 corresponde ao dinheiro disponível no fim do ano.

**Caixa-** O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 1.925,92 €.

#### **Passivo**

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);

- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (resultam nas cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);

- Acréscimos e Diferimentos - Acréscimos de custos, que dizem respeito a custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que sem documentação vinculativa, mas cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores e Proveitos diferidos, que compreendem as receitas ocorridas no exercício ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

#### **i) Património**

Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.

#### **j) Subsídios**

Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.

Os resultados transitados apresentam o valor final de 32.680.019,07€, ou seja uma diminuição de 2.559.77,81€ relativamente a 2010.

#### **k) Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo**

O valor desta rubrica (6.663.620,24 €), diz respeito ao total da dívida com os vários empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2011, o qual comparativamente ao ano anterior e apesar de ter sido utilizado o valor de 318.783,70 € respeitante ao empréstimo contratado em 2008, regista uma diminuição considerável de 455.544,24€.

#### **l) Dívidas a Terceiros - Curto Prazo**

**Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c -** Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 326.092,45 €, o que representa uma diminuição de 92.177,32 € relativamente ao ano de 2010. É de realçar que neste

valor está incluído o leasing pela aquisição do ex-Banco Pinto Sotto Mayor no valor de 59.096,29€.

#### **m) Outros Credores**

O valor de 3.575,96 € corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades que não consideramos como dívida por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

#### **Garantias e Cauções**

O valor global de 673.266,24€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

#### **n) Acréscimos de Custos**

O montante de 362.549,55 € corresponde aos direitos adquiridos pelos funcionários do Município no ano de 2011, relativos às férias e subsídios de férias a pagar em 2012, registando valores bastante inferiores do ano anterior resultantes das medidas de austeridade que originam o corte daquele subsídio para uma grande parte dos funcionários.

#### **o) Proveitos diferidos**

Corresponde ao valor arrecadado sobre obras participadas pela Administração Central e Fundos Comunitários, registando um aumento de 2.631.851,35€ em relação ao ano anterior, valor que será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam.

### **3 - Notas à Demonstração dos Resultados**

#### **a) Custos e Perdas**

Tal como em anos anteriores, o custo com as **Amortizações do exercício** apresenta o maior valor com 6.145.304,18€, representado 45,63 % do total dos custos Operacionais, seguindo-se a rubrica dos **Fornecimentos e serviços externos** com 3.474.758,86€ e 25,80 % e os **Custos com Pessoal** com 2.991.474,86€ e 22,21% do total. Conforme se pode verificar todos os itens tiveram reduções consideráveis aliados á baixa das despesas correntes atingindo no

conjunto dos Custos operacionais um decréscimo de 893.806,64€ em relação ao ano anterior.

**Transferências e subsídios correntes concedidos** - O valor de 398.404,04 € diz respeito ao apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, com vista a prossecução de eventos de interesse Municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa e regista uma diminuição de 78.585,19 € em relação ao ano anterior.

**Custos e Perdas Financeiros** - Este valor (111.435,66 €) resulta do pagamento dos juros associados aos empréstimos de médio e longo prazo, dos juros com os contratos de leasing, bem como dos serviços bancários que lhe estão afetos. Este valor é superior em cerca de 9.000 euros em relação ao ano de 2010 resultante do aumento verificado nas taxas de juro.

Ainda na rubrica de Custos e Perdas, há um aumento de 102.696,44€ em relação a 2010 nos **Custos e Perdas Extraordinárias**, que regista o total de 674.148,21 €, valor onde estão incluídas as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, bem como outras entidades legalmente existentes com vista à prossecução de obras de interesse municipal, designadamente as Comissões Fabriqueiras, Centros de Dia e Noite e famílias carenciadas.

## **b) Proveitos e Ganhos**

Os valores aqui apresentados resultam da aplicação da Lei das Finanças Locais em matéria das receitas próprias das Autarquias, bem como dos fundos resultantes da participação em impostos do Estado ou protocolos de cooperação técnica e financeira.

A rubrica de **Transferências e Subsídios Obtidos** com o valor global de 9.736.808,74€ inferior ao do ano anterior em cerca de 154.000 euros representa 83,81% do *total* dos Proveitos Operacionais e agrega as receitas provenientes do Estado como os Fundos Municipais e que por si só representa 59,48% do total geral da receita do ano.

No conjunto das **Prestação de Serviços** registou-se o valor de 1.328.019,58€ e corresponde a 11,43 % dos proveitos, resulta essencialmente do abastecimento de água e das rendas de concessão da EDP, da utilização dos espaços desportivos e culturais, da recolha de resíduos e dos cemitérios para além do trabalho de conta de

particulares designadamente na execução de ramais de água e saneamento.

Os **Impostos e Taxas** com o valor de 551.527,53€ contribuem apenas com uma percentagem de 4,74% dos proveitos operacionais e resultam essencialmente da cobrança dos impostos diretos (imposto sobre imóveis, transmissões onerosas e imposto único de circulação). Também as licenças de publicidade, licenciamento de obras e utilização de mercados entram neste item e regista uma diminuição de cerca de 90.000,00€ em relação ao ano de 2010.

Quanto aos **Proveitos e ganhos financeiros** no valor de 7.495,94 €, resultam dos juros de depósitos com valores muito inferiores ao do ano anterior.

Os **Proveitos Extraordinários** no valor de 1.113.010,36€ e que representa 8,73% do total dos proveitos, resultam essencialmente das taxas de relaxe, dos juros de mora e principalmente das operações de regularização de exercício, designadamente a percentagem igual ao valor das amortizações sobre os subsídios para investimento no valor global de 965.841,37 €.

**8.2.13** - Em 31/12/2011, o único bem em regime de locação financeira é o edifício das antigas instalações do Banco Pinto & Sotto Mayor, estando em dívida o valor de 59.096,29 €.

**8.2.14** - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Tal como nos anos anteriores continuam a existir bens que foram inventariados em anos anteriores com valor zero em virtude da sua antiguidade e da não existência de documentos de suporte e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado. São exemplo disso, os quadros e obras de arte, mobiliário antigo, um Planador cedido graciosamente pela Voadouro, telemóveis cedidos gratuitamente pela Portugal Telecom, uma central de telefone e um Modem, cedidos pela TMN, documento que se junta ao processo.

**8.2.15** - Os bens de domínio público que não são objeto de amortização são os constantes da conta 4.5.1 "Terrenos e Recursos Naturais" os quais legalmente não são suscetíveis de amortização, não amortizando também os livros.



**8.2.16** - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida bem como dos capitais próprios ou equivalentes e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Douro Superior Associação de Desenvolvimento

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 500,00 €

Capital Próprio: 94.442,61 €

Resultado do último exercício (2011): 10.069,99 €

Laboratório Regional de Trás-os-Montes

Complexo do Cachão

5370-132 - CACHÃO

Participação detida: 4,55%

Capital Próprio: 82.302,00 €

Resultado do último exercício (2010): 164.080,99 €

Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 6.000,00€

Capital Próprio: 590.830,75 €

Resultado do último exercício (2010): 16.540,53 €

IAREN-Instituto da Água da Região Norte

Rua Dr. Eduardo Torres, 229

4450-113 - MATOSINHOS

Participação detida: 299,28 €

Capital Próprio: 2.793.078,73 €

Resultado do último exercício (2010) - 19.161,83 €

Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses

Praça Gago Coutinho, 2

7860-010 - Moura

Participação detida: 1.447,95 €

Capital Próprio: 27.804,99 €

Resultado do último exercício (2010) - (-7.308,24 € )

Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano

Rua Visconde da Bouça

5301-903 - Bragança

Participação detida -

Capital Próprio: 4.516.972,82 €

Resultado do último exercício (2010): - 219.930,27

Associação Nacional de Municípios Portugueses

Av. Marnoco e Sousa, 52

3004-511 - Coimbra

Participação detida -

Capital Próprio: 1.147.206,06 €

Resultado do último exercício (2010): 98.519,93

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.

Castelo de Santiago da Barra

4900-360 - VIANA DO CASTELO

Participação detida: 1.500,00 €

Capital Próprio: 803.345,14 €

Resultado do último exercício (2010) - (-212.759,72 €)

Em anexo encontram-se os seguintes mapas:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Resumo da Execução da Receita e Despesa
- Mapa de Controlo Orçamental da Receita
- Mapa de Controlo Orçamental da Despesa
- Mapa dos Fluxos de Caixa
- Mapa das Contas de Ordem
- Mapa de Operações de Tesouraria
- Contratação Administrativa - Situação dos Contratos
- Mapa dos Empréstimos
- Síntese das Reconciliações Bancárias
- Relação Nominal de Responsáveis
- Execução Anual das Opções do Plano
- Modificações às Grandes Opções do Plano
- Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa
- Mapa de Transferências Obtidas Correntes e de Capital
- Mapa de Transferências e Subsídios Concedidos Correntes e Capital
- Mapa de Outras Dívidas a Terceiros
- Resumo Diário de Tesouraria
- Fundos de Maneio
- Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais